

**ATA DA 28ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2025.**

Aos 28 dias do mês de setembro de 2025, às 9h30, na sede da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Aflitos, Recife – PE, foi realizada a vigésima oitava reunião do Conselho Consultivo do ano de 2025 da Agência de Regulação dos Serviços Públicos - ARPE, contando com a presença dos Conselheiros: **Maria Teresa Caminha Duere**, Presidente do Conselho; **Érico Cavalcanti Furtado Filho**, representante da Federação das Indústrias de Pernambuco – Fiepe; **Maíra Rufino Fischer**, representante da Prefeitura da Cidade do Recife, **Paulo José Galvão Vaz**, representante do Governo do Estado de Pernambuco, **Rafael Bezerra de Souza**, representante do Ministério Público de Pernambuco, **José Eudes Liam Uchoa**, representante da Companhia Pernambucana de Gás – Copergás e **Dep. Débora Luzinete de Almeida Severo**, representante da Assembleia Legislativa de Pernambuco – ALEPE. Pela Arpe, contou com a presença do Coordenador de Energia Elétrica e Gás Canalizado **Adriano de Paula Santana**, do Coordenador de Saneamento, **João Paulo Barbosa da Costa**, além da Coordenadora de Articulação Institucional da Arpe, **Sílvia Trindade de Melo**. Dando início a reunião, a Presidente do Conselho, Teresa Duere, cumprimentou os participantes e passou a palavra para o Coordenador de Saneamento, João Paulo da Costa que, anteriormente, estava na Coordenadoria de Energia Elétrica, para fazer uma atualização as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas agências reguladoras brasileiras, especificamente, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), devido às contenções de recursos feitas pela da União. Os Coordenadores João Paulo e Adriano Santana explanaram sobre um significativo contingenciamento orçamentário imposto pelo Ministério de Minas e Energia que precipitou numa crise nacional, restringindo severamente a capacidade operacional e fiscal das agências reguladoras federais, principalmente a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Essa restrição em nível federal tem um impacto direto e debilitante sobre as agências parceiras em nível estadual, como a Agência Estadual de Regulação de Pernambuco (ARPE), que operam com contrato de metas descentralizados. Em Pernambuco, o orçamento para inspeções cruciais do setor energético foi reduzido em quase 50%, forçando a interrupção da supervisão proativa em larga escala em favor de um modelo de resposta limitada e sob demanda. A Coordenadora de Articulação, Sílvia Melo, apresentou documento em que a ANEEL comunica oficialmente este contingenciamento aos governadores estaduais, incluindo a governadora de Pernambuco Raquel Lyra. Durante o período de contenção, a ARPE está trabalhando com recursos próprios nas ações de Ouvidoria e também nos atendimentos emergenciais, a fim de evitar que os usuários fiquem desassistidos. O Conselheiro Rafael Souza analisou a comunicação da ANEEL como uma ação de



1

abdicação de responsabilidade a esta situação e intuito de transferir o ônus político e operacional para os estados, sem fornecer os recursos financeiros correspondentes. A instabilidade financeira prejudicou os acordos de cooperação entre a ANEEL e as agências estaduais. Atualmente, são apenas 12 estados participantes desses acordos de fiscalização descentralizada com a ANEEL. Houve um consenso entre os conselheiros formado nas discussões para informar proativamente os principais órgãos de supervisão — como o Tribunal de Contas e o Ministério Público — e documentar formalmente as restrições e mitigar a responsabilidade no provável evento de falhas de serviço resultantes da capacidade reduzida de regulamentação e inspeção. Dando continuidade, a Presidente do Conselho, Teresa Duere, sugeriu uma visita do Conselho à Casa do Estudante de Pernambuco (CEP), com convocação extraordinária, que será agendada em conjunto com a Arpe e Secretaria de Educação, para verificar a estrutura da instituição. Em seguida agendou a próxima reunião ordinária para o dia 20 de outubro, com pauta a confirmar com Dr. Almir Cirilo para tratar de assuntos referentes aos investimentos em saneamento e sobre a concessão da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata que foi lida, aprovada e assinada pelos integrantes presentes na reunião.

MARIA TERESA CAMINHA DUERE  
Governo do Estado de Pernambuco

PAULO JOSÉ GALVÃO VAZ  
Governo do Estado de Pernambuco

DÉBORA LUZINETE DE ALMEIDA SEVERO  
Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Governo

MAÍRA RUFINO FISCHER  
Prefeitura da Cidade do Recife

RAFAEL BEZERRA DE SOUZA  
Ministério Público de Pernambuco

ÉRICO CAVALCANTI FURTADO FILHO  
Federação das Indústrias de Pernambuco

JOSE EUDES LIAM UCHOA  
Companhia Pernambucana de Gás – Copergás